



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	0018149/2023
Data do Início	04/09/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 18149/2023, Pregão Presencial 26/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de grupos geradores com quadro de transmissão automático digital, incluindo manutenção preventiva e corretiva com troca de peças, instalação e combustível, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Maricá.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **MIL GERADORES LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Falta de clareza nos termos do edital;
- Suposta violação ao princípio da competitividade devido ao critério de julgamento do objeto licitado ser global.

III – DO MÉRITO

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar sobre.

Não é demais salientar que o art. 40, I, da Lei 8.666/93, estabelece que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”. A exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(…) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração [iii].”

Outro aspecto questionado na peça impugnatória, consiste na unificação dos itens em apenas um lote, mesmo se tratando de serviços prestados por empresas de ramos de atuação distintos. Argumenta que tal prática, reduz consideravelmente a quantidade de empresas capazes de executar o objeto e que por consequência viola o princípio da competitividade entre os participantes.

Sobre o tema, é importante trazer à baila o entendimento do Tribunal de Contas de União, a saber:

“Na licitação por item, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem representar, cada qual, certame distinto. De certo modo, está-se realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente.

Quando dividida a licitação em itens, tem-se tantos itens quantos o objeto permitir. Na compra de equipamentos de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

informática, por exemplo, a licitação pode ser partida nos seguintes itens: microcomputador, notebook, impressora a laser, impressora a jato de tinta; e na de material de expediente, caneta, lápis, borracha, régua, papel, cola, dentre outros. Deve o objeto da licitação ser dividido em itens (etapas ou parcelas) de modo a ampliar a disputa entre os licitantes. Deve ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica do feito, ter por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala.

(TCU. Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., 2010. p. 238-239.)

Note-se que há previsão jurisprudencial para separação em lotes distintos para itens de natureza diversa. No entanto, não cabe a essa especializada debater os apontamentos apresentados.

Não obstante os pontos atacados na presente impugnação sejam de cunho técnico, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância.

IV – DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo da impugnação em tela e pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante, certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante.

Em 04/09/2023

MARIA TRAVASSOS
MAT.111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS